



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO
Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

RELACI - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade de Controle Interno - Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

Gestor responsável: JACKSON BULERIANM

Exercício: 2022

1 - Introdução

A Unidade de Controle Interno - UCI da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, através do Plano Anual de Auditoria Interna para 2022 (PAAI - 2022), planejou ações de auditoria a serem executadas ao longo do exercício de 2022, tendo como objetivo a realização de auditorias preventivas, detectivas e corretivas nas áreas: Orçamentária, Contábil-Financeira, Recursos Humanos, Patrimônio, Compras, Almoxarifado, Contratos e Administração em geral.

Os procedimentos e as técnicas de controle utilizadas foram: verificações de processos, comparações de valores, confronto de informações e averiguações diversas, que permitiram obter evidências ou provas suficientes e adequadas para analisar as informações para a formulação e fundamentação da opinião da UCI para emissão desse relatório.

Os controles preventivos foram realizados ao tempo dos atos, procedimentos ou processos, com o objetivo de atenuar possíveis impropriedades na execução dos mesmos.

Os demais controles analisaram os procedimentos a "posteriori" de sua realização, e visavam a conferência dos princípios básicos da Administração Pública e aplicação das demais normas pertinentes.

As análises da Unidade de Controle Interno tiveram por finalidade precípua esclarecer questões conflitantes e irregulares, cientificando as Unidades Administrativas da importância em submeterem-se às normas vigentes.

A Tabela Referencial 1 que segue elenca objetos selecionados para avaliação na UG, bem como os demais itens avaliados pelo Controle Interno.

**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES****PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

1. Itens abordados						
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa - realização sem prévio empenho Despesa - realização sem prévio empenho	Processos de despesas - 266 empenhos	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho por meio de verificação e análise documental.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
NOTA - Conforme análise documental, todas as despesas foram realizadas com emissão de prévio empenho.						
1.2. Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Empenhos: 18, 34, 55, 76, 100, 118, 138, 158, 190, 215, 236, 251, 263	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9.717/1998, art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local• Regime de competência	Verificar, por meio de análise documental, se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	R\$ 264.615,49	R\$ 264.615,49



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES

PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

NOTA - As despesas previdenciárias patronais (RGPS) foram registradas observando o regime de competência, conforme análise documental realizada.						
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Pagamentos nºs: 13, 14, 38, 71, 110, 148, 149, 191, 192, 239, 240, 276, 277, 328, 329, 376, 377, 413, 414, 441, 469, 470	<ul style="list-style-type: none"> • CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência 	Verificar, por meio de análise documental, se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	R\$ 264.615,49	R\$ 264.615,49
<p>NOTA - A Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES é regida pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que tem suas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e executadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Considerando o RGPS, a parte patronal sobre contribuições previdenciárias foi apurada mensalmente e recolhida regularmente, com o devido registro contábil.</p> <p>No exercício sob análise, conforme análise documental realizada, as despesas com obrigações patronais foram de R\$ 264.615,49 (Duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e quinze reais e quarenta e nove centavos).</p>						
1.2.3	Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento	Pagamentos nºs: 13, 14, 38, 71, 110, 148, 149, 191, 192, 239, 240, 276, 277, 328, 329, 376, 377, 413, 414, 441, 469, 470	<ul style="list-style-type: none"> • CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência 	Verificar, por meio de análise documental, se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	R\$ 264.615,49	R\$ 264.615,49
NOTA - Não ocorreu em 2022 multas e juros por atraso de pagamento das obrigações previdenciárias.						
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	Pagamentos nºs: Nº Pagamento 12, 37, 72, 109, 147, 193, 238,	<ul style="list-style-type: none"> • CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 	Verificar, por meio de análise documental, se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	R\$ 128.403,96	R\$ 128.403,96



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		280, 327, 375, 415, 440, 471	• Lei Local			
NOTA - As contribuições previdenciárias dos servidores estão sendo recolhidas regularmente, com o devido registro contábil. No exercício sob análise, conforme análise documental realizada, o valor de INSS apurado, retido e recolhido de servidores foi de R\$ 128.403,96 (Cento e vinte e oito mil e quatrocentos e três reais e noventa e seis centavos).						
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Sem dados a verificar	<ul style="list-style-type: none"> • CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência 	Verificar, por meio de análise documental, se os parcelamentos de débitos previdenciários: <ul style="list-style-type: none"> a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente. 	R\$ 0,00	R\$ 0,00
NOTA - Conforme análise documental realizada, a CM de Laranja da Terra/ES não tem RPPS e tampouco parcelamentos de débitos previdenciários no exercício em questão.						
1.2.8	Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e	Sem dados a verificar	LRF	Avaliar, por meio de análise documental, se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não	R\$ 0,00	R\$ 0,00



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	Parcelamentos a Receber			adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.		
--	-------------------------	--	--	---	--	--

NOTA - Conforme análise documental realizada, a CM de Laranja da Terra/ES não tem RPPS nem Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber.

1.3. Gestão patrimonial

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - registro contábil compatibilidade com inventário.	Tabelas Mensais/Anuais oriundas dos Sistemas de Almoxarifado e Patrimônio e Balanço Patrimonial	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Bens em Estoque: R\$ 3.717,28 Bens Móveis: R\$ 384.420,98 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00	Bens em Estoque: R\$ 3.717,28 Bens Móveis: R\$ 384.420,98 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00

NOTA - As demonstrações contábeis da CM de Laranja da Terra/ES correspondem à integralidade dos bens em estoque e dos bens móveis que possuímos em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciações realizadas, conforme análise documental realizada.

1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis - Registro e controle	Tabelas mensais provenientes do Sistema Informatizado de Patrimônio e Balanço Patrimonial	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Bens Móveis: R\$ 384.420,98 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00	Bens Móveis: R\$ 384.420,98 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00
-------	--	---	--------------------------	--	---	---



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES

PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

NOTA - A CM de Laranja da Terra/ES tem mantido registrados e controlados os bens que possui, sendo que na Estrutura Administrativa do órgão, o departamento responsável por sua guarda e administração é a Secretaria Geral da Câmara. O valor depreciado, apurado mensalmente, é reconhecido nas contas de resultado do exercício, conforme análise documental realizada.

1.3.3	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação	Registro dos Repasses de R\$ 193.022,29 referentes a duodécimos mensais, Livro Caixa do sistema e extratos bancários	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$ 2.316.267,48	R\$ 2.316.267,48
-------	---	--	--	--	------------------	------------------

NOTA - As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituição financeira oficial, a saber: Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES/SA, Agência 0186, Conta Corrente/Aplicação 3.488.533, rendendo ao longo do ano R\$ 37.769,72 (Trinta e sete mil, setecentos e sessenta e nove reais e setenta e dois centavos).

1.3.4	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação	Registro dos Repasses de R\$ 193.022,29 referentes a duodécimos mensais, Livro Caixa do sistema e extratos bancários	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	R\$ 2.316.267,48	R\$ 2.316.267,48
-------	---	--	--------------------------------	--	------------------	------------------

NOTA - As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, estando devidamente conciliados pelo Departamento Contábil/Financeiro.

1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato	Empenhos realizados	LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro	R\$ 0,00	R\$ 0,00
-------	--	---------------------	-----------------------	--	----------	----------

**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES****PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

				dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.		
--	--	--	--	--	--	--

NOTA - O titular do Poder não contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas dentro dele sem suficiente disponibilidade de caixa.

1.4. Limites constitucionais e legais

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.4.6	Despesas com pessoal - abrangência	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs.	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	R\$ 1.539.112,63	R\$ 1.539.112,63

NOTA - Todas as despesas com pessoal (Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil, Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil, e Obrigações patronais) foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF. NÃO houve terceirização de mão de obra referente à substituição de servidores.

1.4.7	Despesas com pessoal - limite	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	R\$ 1.539.112,63	R\$ 1.539.112,63
-------	-------------------------------	---	-----------------------------	---	------------------	------------------

NOTA - Os limites de Despesas com Pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF foram observados, conforme análise documental realizada, pois na esfera municipal o Poder Legislativo não poderia exceder a 6% (seis por cento) do total da Receita Corrente Líquida Ajustada do Município. Assim, o



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

valor apurado de R\$ 1.539.112,63 (Um milhão, quinhentos e trinta e nove mil e cento e doze reais e sessenta e três centavos) correspondente ao valor das Despesas com Pessoal está dentro dos limites, representando 2,81% (dois inteiros e oitenta e um centésimos) de uma Receita Corrente Líquida Ajustada de R\$ 54.848.978,52 (Cinquenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e oito mil e novecentos e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos).

1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites - nulidade do ato	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	R\$ 1.539.112,63	R\$ 1.539.112,63
-------	--	---	-----------------------	---	------------------	------------------

NOTA - NÃO foram praticados atos que incidiram em aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF, conforme análise documental realizada.

1.4.9	Despesas com pessoal - aumento de despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato - nulidade do ato	Folhas de Pagamento Mensais e outros processos internos	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
-------	---	---	--	--	------------------	------------------

NOTA - Não foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder, conforme análise documental realizada.

1.4.10	Despesas com pessoal - limite prudencial - vedações	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	R\$ 1.539.112,63	R\$ 1.539.112,63
--------	---	---	--	---	------------------	------------------



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

NOTA - As despesas totais com pessoal, no valor de R\$ 1.539.112,63 (Um milhão, quinhentos e trinta e nove mil e cento e doze reais e sessenta e três centavos) NÃO excederam a 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo permitido para o Poder (95% de 6% de R\$ 54.848.978,52= R\$ 3.126.391,77) (Três milhões, cento e vinte e seis mil, trezentos e noventa e um reais e setenta e sete centavos), conforme análise documental realizada.

1.4.11	Despesas com pessoal - extra-polação do limite - providências/medidas de contenção	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	R\$ 1.539.112,63	R\$ 1.539.112,63
--------	--	---	---	--	------------------	------------------

NOTA - As Despesas Totais com Pessoal NÃO ultrapassaram o limite máximo de R\$ 3.290.938,71 (Três milhões, duzentos e noventa mil e novecentos e trinta e oito reais e setenta e um centavos), correspondente aos 6% (seis por cento) estabelecido no artigo 20 da LRF, para o Poder Legislativo Municipal, visto que estamos no percentual de 2,81% (dois inteiros e oitenta e um centésimos). NÃO houve extrapolação dos limites, nem de Alerta, nem Prudencial, nem Máximo estabelecidos pela LRF para Despesas com Pessoal, no Poder Legislativo, conforme análise documental realizada, portanto, não sendo necessárias medidas de contenção.

1.4.12	Despesas com pessoal - expansão de despesas - existência de dotação orçamentária - autorização na LDO	Folhas de Pagamento Mensais e Guias Mensais GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I - de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;	R\$ 1.539.112,63	R\$ 1.539.112,63
--------	---	---	--------------------------	--	------------------	------------------

**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES****PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

				II - de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.		
NOTA - Conforme análise documental realizada, não houve concessão de vantagem ou aumento de remuneração aos servidores da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES no período em questão inobservando os incisos I e II.						
1.4.13	Poder Legislativo Municipal - despesa com folha de pagamento	Folhas de Pagamento Mensais Empenhos nºs: 09 a 16; 27 a 32; 42 a 53; 67 a 74; 91 a 97 e 99; 110 a 115 e 117; 127 a 134; 149 a 156; 180 a 188; 204 a 214; 224 a 233 e 235; 248 a 250; 252 a 260; 262	CRFB/88, art. 29 - A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	R\$ 1.274.497,14	R\$ 1.274.497,14
NOTA - O gasto total com a Folha de Pagamento da Câmara Municipal foi de R\$ 1.274.497,14 (Um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e sete reais e catorze centavos), NÃO ultrapassando, portanto, os 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício - R\$ 2.316.267,48 (Dois milhões, trezentos e dezesseis mil e duzentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos), ficando em 55,02% (cinquenta e cinco inteiros e dois centésimos). Mas, se considerarmos o valor preliminar do Orçamento, que estava estipulado em R\$ 2.100.000,00 (Dois milhões e cem mil reais), o valor de R\$ 1.274.497,14 (Um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e sete reais e catorze centavos) liquidado com Folhas de Pagamento representaria 60,69% (sessenta inteiros e sessenta e nove centésimos), ou seja, mesmo assim o Art. 29 - A, § 1º, da CRFB/88 foi respeitado.						
1.4.17	Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - fixação	Lei Municipal nº 0967/2020, de 11 de setembro de 2020, atuali-	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88,	R\$ 654.311,04	R\$ 654.311,04

**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES****PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		zada pela Lei 1024/2022, e Empenhos 09, 27, 42, 43, 68, 91, 110, 127, 149, 180, 204, 224, 252		especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.		
NOTA - A fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra, consoante preceitua a Lei Municipal nº 0967/2020, de 11 de setembro de 2020. Houve atualização do valor dos subsídios por meio da Lei Municipal nº 1024, de 22 de março de 2022, QUE DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, garantindo assim a revisão geral anual aos vereadores em exercício.						
1.4.18	Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - pagamento	Pagamentos de nºs: 02, 29, 55, 56, 94, 160, 185, 224, 267, 317, 359, 400, 444	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	R\$ 654.311,04	R\$ 654.311,04
NOTA - Os pagamentos de Subsídios aos Vereadores obedeceram aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, ou seja, em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores poderia ser 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, o que foi expressamente observado.						
1.4.19	Despesas com pessoal - remuneração vereadores	Empenhos: 09, 27, 42, 43, 68, 91, 110, 127, 149, 180, 204, 224, 252 Pagamentos: 02, 29, 55, 56, 94, 160, 185,	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de 5% (cinco por cento) da Receita do Município.	R\$ 654.311,04	R\$ 654.311,04

**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES****PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		224, 267, 317, 359, 400, 444				
NOTA - O total da despesa com a remuneração dos Vereadores foi de R\$ 654.311,04 (Seiscentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e onze reais e quatro centavos), NÃO ultrapassando o montante de 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida Ajustada do Município, apurada em R\$ 54.848.978,52 (Cinquenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e oito mil e novecentos e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), conforme informado pelo Poder Executivo, para o exercício de 2022, representando apenas 1,19% (Um inteiro e dezenove centésimos) daquele valor.						
1.4.20	Poder Legislativo Municipal - despesa total	Empenhos de 2022	CRFB/88, art. 29 - A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
NOTA - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os Subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, NÃO ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do art. 153 e nos Arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, totalizando R\$ 1.950.769,34 (Um milhão, novecentos e cinquenta mil e setecentos e sessenta e nove reais e trinta e quatro centavos).						
1.5. Demais atos de gestão						



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA - compatibilidade com o normativo do TCE	Documentos integrantes da PCA exigidos pela IN TC N° 68/2020 Anexo III, Item 2.4	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Arquivos exigidos pela IN TC N° 68/2020, Anexo III Item 2.4 - Contas das Mesas Diretores das Câmaras Municipais	Arquivos exigidos pela IN TC N° 68/2020 Anexo III Alínea "D" - Contas das Mesas Diretores das Câmaras Municipais
NOTA: Os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no Item 2.4, da IN 68/2020, regulamentadora da remessa de Prestação de Contas Anual.						
1.5.2	Segregação de funções	Processos Administrativos e Contábeis	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Processos Administrativos e Contábeis	Processos Administrativos e Contábeis
NOTA - Este princípio é atendido nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização. As atividades são distribuídas dentro das possibilidades (4 divisões/departamentos: Mesa Diretora, Procuradoria, Controladoria e Secretaria Geral da Câmara), buscando sempre a eficiência, eficácia e economicidade para a Câmara Municipal.						

2. Itens de abordagem complementar

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.2.8	Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	Processos Administrativos e Contábeis	LC 101/2000, art. 16.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com consequente aumento da despesa, avaliar se os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e se foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
NOTA - Houve expansão de ação governamental com consequente aumento da despesa com relação ao Auxílio Alimentação dos Servidores, Revisão Geral Anual, Gratificação Especial de Motorista e Fixação de Vencimentos do Legislativo. Os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, PPA e LDO.						
2.2.9	Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental	Processos Administrativos e Contábeis	LC 101/2000, art. 17, § 3º.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado, avaliar se fo-	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	que acarrete aumento da despesa - afetação das metas fiscais.			ram observadas as condições previstas no artigo 17, § 1º da LRF e se os efeitos financeiros decorrentes do ato praticado não afetarão as metas fiscais dos exercícios seguintes e serão compensados por aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas.		
NOTA - Houve expansão de despesas de caráter continuado (Auxílio Alimentação dos Servidores, Revisão Geral Anual e Fixação de Vencimentos do Legislativo), mas os efeitos financeiros decorrentes do ato praticado tendem a não afetar as metas fiscais dos exercícios seguintes.						
2.2.10	Execução de programas e projetos	Orçamento inicial: Programa: 001 <u>Manut. e Administração das Atividades Legislativas</u> Projetos/Atividades: <u>1.001 - Aquisição de imóvel, constr., reforma e ampl. de sede</u> R\$ 102.000,00	CRFB/88, art. 167, I.	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na Lei Orçamentária Anual.	Projetos: R\$ 202.000,00 Atividades: R\$ 1.898.000,00 Total: R\$ 2.100.000,00	Total dos Programas e Projetos/Atividades R\$ 2.100.000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		<u>1.002 - Veículos,</u> <u>Mobiliário e</u> <u>Equipamentos</u> <u>Permanentes</u> R\$ 100.000,00 <u>2.001 - Manut.</u> <u>das Atividades</u> <u>Administr. e</u> <u>Legislativas</u> R\$ 1.862.000,00 <u>2.002 -</u> <u>Treinamento e</u> <u>Capacit. de</u> <u>Vereadores e</u> <u>Servid. do</u> <u>Legislativo</u> R\$ 20.000,00 <u>2.003 -</u> <u>Contribuição</u> <u>para Assoc. das</u> <u>Câmaras Munic.</u> <u>do ES -</u> <u>ASCAMVES</u> R\$ 16.000,00				
NOTA - Não ocorreu em 2022, no orçamento da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, execução de programas ou projetos de governo não incluídos na Lei Orçamentária Anual (LOA).						
2.2.11	Execução de despesas - créditos orçamentários	Orçamento para 2022: R\$ 2.100.000,00	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações di-	Recebido de duodécimos: R\$ 2.316.267,48	Recebido de duodécimos R\$ 2.316.267,48

**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES****PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

				retas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.		
NOTA - NÃO foram realizadas despesas, tampouco houve assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais. A PMLT repassou financeiramente, ao invés de R\$ 2.100.000,00 (Dois milhões e cem mil reais) orçado inicialmente, o valor de R\$ 2.316.267,48 (Dois milhões, trezentos e dezesseis mil e duzentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos), valor este devidamente atualizado no exercício financeiro de 2022.						
2.2.13	Créditos adicionais - autorização legislativa para abertura	Decretos nºs: 0000572/2022 - 0000677/2022 - 0000713/2022 - Suplementações /anulações de dotações internas 0000754/2022 - Suplementação por Anulação de outra UG	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Total: R\$ 318.517,48, sendo: R\$ 216.267,48 Suplementação por Anulação de outra UG) e R\$ 102.250,00 (Suplementação/ Anulação de dotação interna)	Total: R\$ 318.517,48, sendo R\$ 216.267,48 por Suplementação por Anulação de outra UG) e R\$ 102.250,00 (Por suplementação/Anulação de dotação interna)
NOTA - Houve abertura de crédito adicional suplementar no Poder Legislativo com prévia autorização legislativa dada pela <i>alínea a Inciso III</i> , Art. 4º, da Lei Municipal 1.016/2021, de 15/12/2021, que “ <i>Estima a receita e fixa a despesa do município de Laranja da Terra para o exercício financeiro de 2022</i> ”.						
2.2.18	Realização de investimentos plurianuais	Empenhos realizados em 2022	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

NOTA - Não foram iniciados investimentos cuja execução ultrapassasse o exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorizasse a inclusão.

2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	Registros do Sistema Informatizado de Contabilidade	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	R\$ 2.005.769,34	R\$ 2.005.769,34
--------	---	---	--	--	------------------	------------------

NOTA - Por meio de análise documental verificou-se que a consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

2.2.28	Pagamento de passivos - ordem cronológica das exigibilidades	Pagamentos realizados em 2022	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
--------	--	-------------------------------	--	---	------------------	------------------

NOTA - A Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES manteve os pagamentos em ordem cronológica de suas exigibilidades, conforme verificação documental e dos registros do sistema contábil.

2.2.29	Déficit orçamentário - medidas de contenção	Pagamentos realizados em 2022	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
--------	---	-------------------------------	-----------------------	---	------------------	------------------

NOTA - NÃO foram expedidos atos de limitação de empenho, uma vez que os limites legais estavam longe de serem atingidos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.2.30	Despesa - realização de despesas - irregularidades	Empenhos realizados em 2022	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
NOTA - NÃO foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas, por parte do Poder Legislativo Municipal. Todos os processos administrativos/contábeis passaram pelo crivo do Presidente, que pôde acompanhar de perto a realização das despesas e as autorizar.						
2.2.31	Despesa - liquidação	Empenhos realizados em 2022	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
NOTA - Por meio de análise documental, os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas foram observados.						
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Empenhos realizados em 2022	Lei 4.320/1964, art. 62	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
NOTA - Conforme verificação documental, para todo pagamento de despesa houve regular liquidação.						
2.2.33	Despesa - desvio de finalidade	Empenhos realizados em 2022	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
NOTA - As despesas decorrentes de recursos vinculados, a teor do artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 não se aplicam ao Poder Legislativo.						



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.2.34	Despesa - auxílios, contribuições e subvenções.	Empenhos realizados em 2022	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
NOTA: Conforme análise documental, não houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.						
2.2.35	Despesa - subvenção social.	Empenhos realizados em 2022	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu ao disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
NOTA: Conforme análise documental, não ocorreu no período em questão.						

2.3. Gestão patrimonial						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.3.1	Passivos contingentes - reconhecimento de precatórios judiciais	Sem dados a verificar	CRFB/88, art. 100. Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	12 meses de 2022	12 meses de 2022
NOTA: Conforme análise documental, não ocorreu no período em questão.						
2.3.2	Dívida pública - precatórios - pagamento	Sem dados a verificar	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	12 meses de 2022	12 meses de 2022
NOTA: Conforme análise documental, não ocorreu no período em questão.						
2.3.5	Cancelamento de passivos	Empenhos realizados em 2022	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	R\$ 1.950.769,34	R\$ 1.950.769,34
NOTA - Conforme análise documental, não houve cancelamento de passivos em 2022 sem comprovação do fato motivador.						

2.4. Limites constitucionais e legais.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
--------	--------------------------	--------------------------------------	------------	--------------	-------------------------------	---------------------



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.4.1	Transferências voluntárias - exigências	Processos administrativos e contábeis de 2022.	LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	12 meses	12 meses
-------	---	--	-----------------------------	--	----------	----------

NOTA: Conforme análise documental, não foram realizadas transferências voluntárias na Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES em 2022.

2.4.3	Dívida pública - originalmente superior ao limite - redução do valor excedente	Todos os processos administrativos de 2022 da Câmara Municipal.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Avaliar se a dívida consolidada líquida do Estado/Município, no final do exercício de 2001 , excedia os limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avos) por exercício.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
-------	--	---	--	---	----------	----------

NOTA: NÃO temos Dívida Pública na Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.

2.5. Gestão Previdenciária



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Empenhos: - 01, 35 e 38 - Ágape Assessoria e Consultoria Ltda - EPP	LC 116/2003 (ISS), art. 6º Decreto Federal nº 3.000/1999 (IR). Lei 8.212/1991 (Seguridade Social). Lei Local.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	Empenhos 01, 35 e 38: - Ágape Assessoria e Consultoria Ltda - EPP	Valores Base IR: Ágape: R\$ 15.110,00 Valor retido: R\$ 226,65
NOTA - As retenções na fonte e o recolhimento dos impostos devidos pelas pessoas jurídicas contratadas pelo Poder Legislativo foram realizadas, conforme relatórios mensais de empenhos, liquidações e pagamentos.						
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	Sem dados a verificar	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
NOTA - NÃO temos Regime Próprio de Previdência Social no município. Seguimos as regras do Instituto Nacional do Seguro Social. As contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando as devidas bases de cálculo.						
2.5.4	Alíquota de contribuição - Recolhimento	Pagamentos ao INSS: <u>Parte Patronal (21%)</u> : Pagamentos nºs: 13, 14, 38, 71, 110, 148,	CF/88, art. 40. LRF, art. 69 (RPPS). Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º (RPPS)	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição	Patronal: R\$ 264.615,49 Segurados: R\$ 128.403,96	Patronal: R\$ 264.615,49 Segurados: R\$ 128.403,96



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		149, 191, 192, 239, 240, 276, 277, 328, 329, 376, 377, 413, 414, 441, 469, 470 <u>Parte dos Segu- rados</u> (Variável, de acordo com a faixa salarial): Pagamentos nºs: 12, 37, 72, 109, 147, 193, 238, 280, 327, 375, 415, 440, 471		estabelecidas conforme a legislação.		
NOTA - NÃO temos Regime Próprio de Previdência Social no município. Seguimos as regras do Instituto Nacional do Seguro Social e obedecemos às alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.						
2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	12 meses	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao <u>RPPS</u> , nas unidades gestoras.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
NOTA - As guias de recolhimento de contribuições previdenciárias mensais ao Instituto Nacional do Seguro Social encontram-se devidamente arquivadas nesta Casa de Leis. Não temos contribuições previdenciárias devidas ao <u>RPPS</u> .						
2.5.7	Servidores cedidos	12 meses	CF/88, art. 40. LRF, art. 69.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES

PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

			Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.		
NOTA - A Câmara não cedeu nenhum de seus 6 servidores efetivos a outro órgão e o município não possui Regime Próprio de Previdência Social.						
2.5.10	Parcelamento de débi- tos previdenciários - Autorização Legal	12 meses	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fun- dada.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
NOTA - Não ocorreu no período em questão. Sem dados a verificar.						
2.5.26	Censo Atuarial	12 meses	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos os servidores ativos, aposen- tados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessá- rios para manutenção de base de dados adequada.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
NOTA: Não houve, tendo em vista que somos regidos pelo RGPS.						
2.5.37	Registro de Admissões	Pastas funcio- nais dos 6 servidores efe- tivos da CM	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminha- das ao TCE para fins de registro.	6 servidores efetivos	6 servidores efetivos
NOTA: Todos os 06 (seis) servidores admitidos através de Concurso Público realizado em 2006 foram devidamente registrados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Não foi realizado outro concurso depois de 2006.						

2.6. Demais atos de gestão



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.6.1	Pessoal - função de confiança e cargos em comissão	Leis específicas e Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro de 2022.	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Resolução 02/2011, alterada pela 01/2012 e 03/2019 - Cargos em comissão: Secretário Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar, Assessor das Comissões e Controlador Geral Interno (função de confiança)	Resolução 02/2011 alterada pela 01/2012 e 03/2019 - Cargos em comissão: Secretária Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar, Assessor das Comissões e Controlador Geral Interno (função de confiança)
NOTA - Em 2022, os cargos em comissão eram os de Secretário Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar e Assessor das Comissões, destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. O Cargo de Controlador Geral Interno (função de confiança) era exercido por servidora ocupante de cargo efetivo.						
2.6.2	Pessoal - função de confiança e cargos em comissão	Leis específicas e Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro 2022.	Legislação específica do órgão.	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Resolução 02/2011, alterada pela 01/2012 e 03/2019 - Cargos em comissão: Secretário Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar, Assessor das Comissões e Controla-	Resolução 02/2011 alterada pela 01/2012 e 03/2019 - Cargos em comissão: Secretária Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar, Assessor das Comissões e Controlador Geral Interno



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

					dor Geral Interno (função de confi- ança)	(função de confi- ança)
NOTA - A Lei foi cumprida conforme o que dispõe a Estrutura Administrativa, Organizacional e Funcional da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.						
2.6.3	Pessoal - contratação por tempo determinado	Sem dados a verificar	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
NOTA - NÃO realizamos contratação por tempo determinado em 2022.						
2.6.4	Pessoal - teto	Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro de 2022.	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	R\$ 1.274.497,14	R\$ 1.274.497,14
NOTA - O teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão (que tem por parâmetro o subsídio do Prefeito estipulado em R\$ 14.000,00 por meio da Lei nº 967, 11 de setembro de 2020, atualizado para 15.408,40 por meio da lei 1024 de 22 de março de 2022), obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.						
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica	Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro de 2022.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	R\$ 1.274.497,14	R\$ 1.274.497,14



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

NOTA - NÃO houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizadas por lei específica.

2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação	Empenhos realizados em 2022, exceto os de vencimentos e vantagens fixas, obrigações patronais e os provenientes de processos com emprego de licitação.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas na Lei de Licitações.	Dispensa de Licitação: R\$ 207.415,70 Inexigibilidade: R\$ 3.700,00	Dispensa de Licitação: R\$ 207.415,70 Inexigibilidade: R\$ 3.700,00
-------	---	--	----------------------------------	--	--	--

NOTA - As contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação realizadas em 2022 observaram as disposições contidas nas Leis de Licitações, principalmente quanto a seleção das propostas aptas a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, conjugando a vantagem econômica da proposta com a satisfação do mínimo de qualidade de que necessita a Administração. Mas, é preciso observar particularidades nesses tipos de contratações, principalmente quanto a aplicação da NLLC (Lei 14133/2021).



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2 - Análises/verificações e outros procedimentos realizados

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, priorizamos aqueles relacionados ao cumprimento dos limites constitucionais e legais, à execução orçamentária e àqueles ligados às despesas de pessoal, haja vista serem estas as despesas de maior vulto no orçamento deste Legislativo.

Além dos acompanhamentos com relação aos pontos de controle acima mencionados, foram realizadas análises sobre os assuntos que seguem abaixo listados:

- Relatório de Ação de Auditoria nº 01/2022 - Verificação de Dados e Informações para Composição da Prestação de Contas Anual - PCA 2021
- Relatório de Ação de Auditoria nº 02/2022 - Obediência aos limites estipulados pela Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal - 1º semestre 2022
- Relatório de Ação de Auditoria nº 03/2022 - Verificação de atividades realizadas pelo Departamento Contábil/Financeiro-Tesouraria da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES
- Relatório de Ação de Auditoria nº 04/2022 - Gestão Previdenciária da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES
- Relatório de Ação de Auditoria nº 05/2022 - Verificação de atividades realizadas pelo Departamento Contábil da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

Trimestralmente, a Controladoria faz inspeção nos processos internos, emite relatório de análise, protocola na Secretaria Geral da Câmara para encaminhamento à apreciação do Presidente da Câmara, sendo posteriormente arquivado nas dependências, com publicação no site oficial da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, no endereço <https://cmlaranjadaterra-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=58>. A Controladoria também faz, anualmente, um Relatório de Controle Interno, contemplando atividades realizadas durante os períodos apurados. Além disso, faz recomendações/orientações e solicitações por meio de correspondências internas.

Os Relatórios de Gestão Fiscal, além de publicados no Portal da Transparência e no Átrio do Poder Legislativo, também foram publicados no Diário da AMUNES.

Por meio da CI 03/2022 - CONTROLE INTERNO a Controladoria alertou o Presidente sobre a dificuldade de realizar as auditorias previstas no PAAI, uma vez que a Câmara Municipal não possui em sua Estrutura Administrativa, Organizacional e Funcional o Cargo de Auditor, o que dificultara a realização das referidas atividades. Assim, desde aquele momento, foi relatada tal dificuldade.

Não escrevemos aqui neste relatório, de forma individual, sobre cada um dos processos administrativos/contábeis realizados ao longo do ano, mas, frisamos que a maioria foi objeto de conferência pelos servidores do quadro administrativo, em conjunto com o Presidente da Casa. Preocupamo-nos principalmente quanto ao reforço na verificação de processos que ensejavam acompanhamento mais sucinto.

Foi realizado apenas um processo licitatório ao longo do exercício por meio de Pregão Presencial 01/2022 para escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento e gerenciamento de Auxílio-



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

Alimentação, por meio de Cartão Eletrônico/Magnético, com senha individual, para recarga mensal.

Os contratos referentes à aquisição de bens ou serviços foram elaborados pela Câmara e os processos estão instruídos com os documentos necessários.

Quanto aos registros contábeis, as informações provenientes do setor estão adequadas. Notamos apenas alguns erros de digitação nos históricos, mas, nada que comprometa o resultado final ou prejudique ao erário.

CONCLUSÃO

Conforme abordagem no relatório, nas avaliações realizadas não foram detectados problemas que comprometessem as informações prestadas e causadores de danos ao erário. Nos momentos em que ocorreram situações divergentes do ideal, podemos apresentar como justificativas o despreparo de alguns servidores, a falta de propósito e até problemas pessoais que impedem a busca por melhorias constantes. Em algumas das vezes, o problema tem origem na manutenção de um clima organizacional satisfatório e na falta de integração entre os membros da equipe. O modo como é composto o grupo de trabalho reflete no resultado, principalmente se há falta de comunicação efetiva entre os servidores, divisão inadequada das tarefas, e falta de valorização do trabalho realizado.

Outros fatores que interferiram negativamente foram a falta de espaço físico apropriado para comportar adequadamente todos os servidores (não temos sede própria e o pavimento que utilizamos não tem estrutura preparada especificamente para realização dos trabalhos da Câmara). Além disso, é preciso aprimorar constantemente o uso da tecnologia da informação na centralização e no tratamento de dados de diversas naturezas, pois isso pode garantir inteligência para a tomada de decisões e maior facilidade para diagnósticos mais acertados sobre a realidade e as necessidades do órgão.

Apesar de todas as dificuldades, consideramos satisfatórios os resultados alcançados, cuja flutuação do percentual de execução entendemos estar dentro da normalidade.

Concluimos, portanto, que os resultados foram alcançados a contento, tendo a Câmara Municipal de Laranja da Terra cumprido sua missão institucional no período sob análise.

Reforçamos que, gerir as contas públicas de forma eficiente e transparente, zelando pelo equilíbrio fiscal e pela qualidade dos gastos públicos foi objeto de busca constante em 2022.

3 - Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG.

Não ocorreu a instauração de Tomadas de Contas Especiais no exercício em questão.

Laranja da Terra, 13 de março de 2022.

VERUSKA PEDRO
Controladora Geral Interna